

FHC dará prioridade à área social em 97

GOVERNO DECIDIU QUE, SE REFORMAS ESTRUTURAIS NÃO FOREM APROVADAS ATÉ OUTUBRO, NÃO VAI MAIS SE EMPENHAR NO ASSUNTO

146

Roberto Castro/AE



Fernando Henrique discursa, tendo a seu lado o vice Marco Maciel

O governo decidiu partir para o tudo ou nada e quer, do Congresso, uma resposta para a questão das reformas estruturais até o final do ano político. Se as reformas administrativa, previdenciária e tributária não forem aprovadas até outubro pela Câmara e Senado, o Planalto não vai mais se empenhar no assunto. O presidente Fernando Henrique Cardoso quer ter independência política, a partir de janeiro, para dedicar os dois últimos anos de seu mandato a uma forte intervenção na área social e de infra-estrutura, que deve implicar em novo ministério.

Fernando Henrique avalia que as reformas deixaram seu governo preso a compromissos político-partidários, para obter maioria de três quintos no Congresso. Acha que caiu numa armadilha política: a relação do Planalto com o Legislativo tem-se dado exclusivamente em torno das reformas. Se elas não andam, o governo sempre passa a impressão de paralisia, quando não fica de fato paralisado. Também perde tempo ao não se concentrar na questão social, ponto mais fraco do governo.

Essa avaliação, de acordo com um importante interlocutor do Planalto, orientou a escolha dos três novos ministros: Francisco Dornelles (PPB), Luiz Carlos Santos (PMDB) e Arlindo Porto (PTB). As bancadas desses partidos, que somadas às do PSDB e o PFL alinham 400 dos 503 deputados, serão duramente cobradas se falharem nas próximas votações. Mesmo sem compromisso formal com os chefes do PMDB e do PPB para apoiar o governo, os novos ministros foram alertados sobre a responsabilidade que terão no apoio às reformas.

“Não quero que digam que não dei ao Congresso o que eles pe-

diam”, desabafou o presidente no final da semana passada, depois de indicar os novos ministros. Ele está dando uma última chance à sua base parlamentar, que considerava reforçada pelas novas indicações. “Se até o fim do ano votarmos tudo, ótimo; se votarmos 50%, será um avanço”, afirma um dos articuladores da nova estratégia. “Depois disso, precisamos abrir uma nova etapa.”

O calendário do governo é o seguinte: votação, pela Câmara, das reformas estruturais, da regulamentação das reformas econômicas e dos projetos especiais (nas áreas de Educação e Trabalho), até junho ou julho, com convocação extraordinária. Votação das mesmas matérias pelo Senado até outubro. O governo conta com o fato de que não há senadores candidatos a prefeito, para que eles façam um esforço concentrado.

A prioridade política é para a reforma administrativa e para a regulamentação das mudanças nos setores de petróleo e telecomunicações. Para a reforma administrativa, o governo conta com a pressão dos governadores, todos atolados em crise financeira nos Estados. O Planalto acompanha com atenção gestos como o do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, do PSB, que anunciou a demissão de mais de 10 mil funcionários públicos.

Na previsão mais otimista do governo, até a emenda da reeleição entra no calendário. O Planalto acredita que até outubro a emenda esteja pronta para ser votada no Senado. As propostas de convocação de plebiscito sobre reeleição, recentemente lançadas, introduziram um novo ingrediente no debate, que ainda vai merecer discussões entre aliados do governo.

Ricardo Amaral/AE